

A cidade e os canaviais: Estado e capital na produção social do espaço – Goianésia, Goiás

Glauber Lopes Xavier<sup>1</sup>

**Resumo**

*Na produção social do espaço capitalista, Estado e capital são os típicos agentes do processo. Pretende-se apreender esta produção numa perspectiva que coaduna campo e cidade a partir da importância representada pelo Complexo Agroindustrial Canavieiro no município de Goianésia, Goiás. A intersecção entre Estado e capital, nesse propósito, encerra-se na figura do prefeito-usineiro, detentor do poder político e econômico local, como ocorre na referida cidade. Destarte, o processo de acumulação de capital na atividade canavieira tem ligação direta com as transformações socioespaciais por que têm passado o município, sobremaneira nas duas últimas décadas. Na cidade, moram praticamente todos os trabalhadores temporários, “bóias-frias”, empregados no campo, sendo que muitos bairros foram criados a fim de que pudessem habitá-los. Pensar campo e cidade inseparáveis consiste em apreender a constituição do tecido social urbano a partir de um processo de acumulação de capital no campo que alijou de milhares de homens o direito à terra para plantar, do qual também foram reféns pequenos produtores rurais da região. Assim, chegou-se à conclusão de que o assentamento do urbano desdobrou-se dos processos de acumulação de capital que, em essência, produz espaço e dele tira proveito de modo sub-reptício.*

**Palavras-chave:** Campo, cidade, “bóias-frias”.

---

<sup>1</sup> Professor Efetivo da Universidade Estadual de Goiás - UEG. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás - UFG. E-mail: glauberlx@hotmail.com.

**Abstract**

*In the social production of capitalist space, state and capital are the typical agents of the process. The aim is to seize this production a perspective that unites city and country from the amount set by the Agroindustrial sugar cane in the city of Goianésia, Goiás. The intersection between state and capital in this way, ends in the mayor-mill owner, keeper of political and economic place, as in that city. Thus, the process of capital accumulation in sugar cane cultivation is directly linked to the socio-spatial transformations that have passed the town, greatly in the last two decades. In the city, live almost all temporary workers, "rural workers" employed in the field, and many districts were created in order that they might inhabit them. Think field and inseparable city is to seize the formation of urban social fabric from a process of capital accumulation in the field that jettisoned thousands of men the right to land for farming, in which hostages were also small farmers in the region. So come to the conclusion that the settlement of the city unfolded the processes of capital accumulation which, in essence, produces space and it takes advantage of surreptitious way.*

**Keywords:** *Field, city, "farmworkers".*

**Introdução**

Com o advento dos Complexos Agroindustriais, a relação campo-cidade tomou maior complexidade. O urbano, nesse processo, tem apontado um papel indispensável no sentido de assegurar a dinâmica de reprodução das condições gerais de produção no campo. Partindo-se da premissa de que não foi fortuita a maior proximidade campo-cidade, é que o artigo em tela buscou apreender a produção social do espaço capitalista, sendo que este coaduna o urbano e rural numa perspectiva teórica ancorada no conceito de classes sociais. Pensar estes espaços requereu um estudo sobre como eles foram concebidos e por quais transformações têm passado, sobremaneira após os anos 1980. Disso, resultou fundamental investigar as políticas de Estado direcionadas tanto para a atividade canavieira, quanto para a cidade, assim como a alocação do capital no

campo e na cidade por parte dos detentores dos meios de produção, ou seja, da oligarquia canavieira local.

Tem-se que campo e cidade se imbricam num projeto de classe social, a burguesia local, no sentido de permitir os lucros auferidos no campo. A apreensão dessa trama consistiu em investigar o primado da produção social do espaço capitalista. Assim, no tempo, é desvelado o sentido do presente, como postula Henri Lefebvre em seu método *regressivo-progressivo*<sup>2</sup>, ancorado no materialismo histórico dialético. Consoante os princípios desse método, fez-se necessário estudo aprofundado acerca de como esta classe se despojou de seu poder político e econômico no decurso do tempo a fim de assegurar seus interesses. É pelo e no espaço que os detentores do capital relutam pela manutenção de suas benesses, o que remonta, no Brasil, a Lei de Terras, em 1850. Evoca-se à história, ao seu legado no entendimento de um processo de espoliação rural e segregação urbana em concomitância, e irrompe como importante aspecto de análise a figura do prefeito-usineiro.

Este artigo tem como universo empírico o município de Goianésia<sup>3</sup>, localizado no médio norte goiano. A ocupação de seu território, nos anos 1940, decorreu de uma política de colonização varguista que permitiu a acumulação de terras e a emergência de uma oligarquia rural própria. Neste mesmo período, as cidades foram definidas como sede dos municípios<sup>4</sup>. O surgimento de um distrito ocorreu pouco menos de quinze anos após esse processo de ocupação, sendo que Jalles Machado

---

<sup>2</sup> Consiste num procedimento metodológico pelo qual é possível a união da história à sociologia. Assim, o deslindamento do presente requer um exercício de apreensão dos fenômenos sociais no decurso do tempo, sendo que a relação social é tida como processo. Segundo Lefebvre, seu método é *histórico-genérico*, visto que aponta para a possibilidade de se alcançar um presente “elucidado, compreendido, explicado.” (Martins, 1996, p. 22).

<sup>3</sup> Município localizado no Território Rural do Vale do São Patrício, mesorregião do centro goiano e microrregião de Ceres, popularmente conhecido como a *princesinha do Vale*. Fundado em 1953, dista 152,1 Km de Goiânia, capital de Goiás e ocupa uma área de 1.419 Km<sup>2</sup>. Com uma população total de 53.806 habitantes, Goianésia obteve, segundo dados da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás (SEPLAN-GO), em 2008, 1.147.500 toneladas de produtividade em cana-de-açúcar, perfazendo 13.500 ha de área plantada.

<sup>4</sup> Segundo Rodrigues (2004, p. 17): “A definição inicial da cidade (área urbana) é regida pelo Decreto 311 de 1938, que, além disso, definiu o porte da área urbana para criação de municípios. A Constituição de 1967 e 1988 alteraram o porte da área urbana para a criação de novos municípios. Do decreto 311 mantém-se, contudo, a denominação cidade para o local da sede municipal.”

de Siqueira, à época deputado federal e proprietário de fazendas na região, exerceu seu poder político na promoção do distrito de Goianésia à condição de município em 1953. Nove anos após, seu filho, Otávio Lage de Siqueira, tornava-se prefeito de Goianésia (1962-1965) e em 1966 é nomeado, pela ditadura militar, governador de Goiás, permanecendo no cargo até 1971. Outros integrantes da família exerceram mandatos de prefeito e de deputado estadual e federal, bem como ocuparam secretarias de Estado. Cabe registrar, por ora, que foi no ano de 1970, ou seja, quando Otávio Lage de Siqueira ainda era governador de Goiás que foi criada a Usina Goianésia Álcool S/A, atual Usina Jalles Machado S/A, de propriedade do Grupo Lage.

Goianésia registrou, em 2008, a segunda maior produção em cana-de-açúcar do estado de Goiás. A apreensão da produção social capitalista de seu espaço pela imbricada relação campo-cidade teve como premissa a existência de duas classes: a burguesia canavieira que desde a emancipação da cidade, em 1953, detêm o poder político local e, direta ou indiretamente, em algumas circunstâncias, o poder político no Estado de Goiás, e o proletariado rural, o trabalhador “bóia-fria”, temporário, a quem foi negado o direito a terra e, do mesmo modo, o direito à cidade. A cidade é a polis, local de decisões, fundamental para o exercício do poder econômico. Do mesmo modo, numa relação dialética, a cidade presenciou alterações profundas. Em Goianésia, muitos bairros foram criados para abrigarem trabalhadores “bóias-frias” da cana. Assim, o poder da oligarquia canavieira erigiu-se sobre campo e cidade, num processo de ajustamento que culminou com o surgimento de um Complexo Agroindustrial canavieiro<sup>5</sup>. Indubitavelmente, fruto de espaços produzidos sob os ditames do capital, pelo imperativo do Estado, tutor das ofensivas da burguesia canavieira.

Nessa lide, as resultantes sociais foram drásticas. No campo, o alijamento do homem ao direito à terra para plantar. Na cidade, a periferização da classe trabalhadora, dos “bóias-frias” da atividade canavieira. Se a produção do espaço, no campo, assentou-se na monocultura em grandes propriedades, na cidade este mesmo processo

---

<sup>5</sup> Entenda-se por CAI (Complexo Agroindustrial), conforme definição de Müller (1988, p. 169): “[...] uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrárias”.

permitiu a emergência de espaços segregados, nos quais os “bóias-frias” padecem relegados às precárias condições de reprodução da vida, vítimas de uma cidadania mutilada, em alusão a Milton Santos. Logo, as próprias marcas impressas no campo e na cidade apontam para a natureza de ambos os espaços como unidade, como ambientes construídos no coroamento da acumulação capitalista. Nesse propósito, fora fundamental centrar as análises sobre a reprodução da vida e da força de trabalho dos “bóias-frias” num processo maior que absorve tais questões: a reprodução das condições gerais de produção.

### **Estado e capital no ordenamento do espaço agrário goiano**

Durante as décadas de 1950 e 1960, com a expansão da fronteira agrícola e a conseqüente anexação de terras por parte de grandes proprietades, houve uma maior concentração fundiária no estado de Goiás e em várias partes do território nacional. Ocorria, nesse momento, considerável aumento na produção de alimentos, necessários para o abastecimento da crescente indústria no centro-sul do Brasil. Conforme Tavares (1983, p. 104) “Com efeito, o crescimento da agricultura entre 1950 e 1960 deveu-se menos ao aumento dos rendimentos médios dos cultivos do que à incorporação de novas áreas”. A produção primária nos estados do centro, norte e nordeste brasileiros foi fundamental para a reprodução da força de trabalho empregada na indústria. Sem contar que a produção primária desses estados encontrava-se a mercê das determinações do mercado consumidor oligopolizado. Os alimentos eram vendidos a baixos preços, o que era possível em virtude da baixa remuneração dos trabalhadores rurais. Borges explicita a situação vivenciada pelos trabalhadores rurais em Goiás neste contexto:

A baixa remuneração do trabalhador rural deve ser explicada segundo o processo histórico da conformação da agricultura brasileira no qual o domínio do latifúndio permitiu a extorsão da renda do produtor direto que, por sua vez, transformou-se na base para uma

produção agrícola extensiva e de baixa produtividade. Enfim, uma oferta de mão-de-obra rural em expansão associada à concentração da propriedade da terra, à ausência de legislação social no campo e à ampla fronteira agrícola “aberta” a ser conquistada, permitiram aumentar a produção agrária sem que seus custos se elevassem. (BORGES, 2000, p. 47).

As mutações ocorridas nas economias das demais regiões do Brasil, com o propósito de atenderem ao intenso processo de industrialização da região centro-sul do país, principalmente do Estado de São Paulo, redundaram em uma séria crise agrária. Aumentaram as lutas pela posse da terra e foram agravadas as precárias condições de trabalho no campo, sucedidas pela crise no abastecimento local e distorções nos preços em vigor. Evidentemente que a ocupação de novas áreas configurou-se como um dos fatores determinantes da complementaridade que a atividade agrícola goiana representava para a nascente indústria no centro-sul do Brasil. Cabe mencionar que as decisões tomadas pelos produtores agrícolas de Goiás nunca se deram estanque à conjuntura de áreas economicamente mais avançadas do país. Na verdade, a economia agrária goiana absorveu, durante esse período, custos da economia industrial que aceleradamente crescia, numa articulação que remete a vários apontamentos da obra *O Capital e seu Espaço*, de Alain Lipietz, como segue:

A análise revelará, assim, por exemplo, o antagonismo de uma “lógica industrial”, própria aos modos arcaicos; mas o estudo concreto mostrará o funcionamento de um sistema único e coerente, possuindo características originais, aquelas que a análise tem precisamente por finalidade explicar. Enfim, as próprias modalidades da articulação devem ser compreendidas como um *processo*, onde o modo dominante domina, dissolve, integra o modo dominado segundo fases sucessivas nas quais se modificam as regras de funcionamento da totalidade social. (LIPIETZ, 1988, p. 23).

Nesse contexto, a economia goiana, em certa medida, sustentava a dinâmica de desenvolvimento da indústria nacional. Ao cumprir seu papel de economia complementar, Goiás passou por consideráveis transforma-

ções no âmbito político, econômico e social, sobremaneira após os anos 1970, com as políticas regionais e nacionais de impulsão do desenvolvimento rural via modernização agropecuária. A modernização das técnicas de produção no meio rural imprimiu, a um só tempo, novas formas de emprego da força de trabalho e estabeleceu um novo papel para a economia goiana no contexto nacional. Ademais, resultou na reestruturação do espaço agrário goiano, a partir da constituição de complexos latifúndios-minifúndios, necessários à formatação de um espaço propício ao fortalecimento de municípios-alicerces do agronegócio da cana-de-açúcar, entre outros produtos agrícolas. “Tais complexos latifúndios-minifúndios se baseavam em arcaicas relações sociais de produção, as quais foram incorporadas, sem traumas, ao processo de produção das mercadorias.” (BORGES, 2006, p. 35).

Havia, portanto, uma relação entre agricultura e indústria, o que foi analisado tanto por Francisco de Oliveira (1976), quanto por Octavio Ianni (2005), no sentido de que as transformações estruturais ocorriam a fim de criarem condições para a reprodução do capital. Assim, seria inerente a esse processo uma base absorvedora de custos que se orientaria, conforme necessário, para a expansão industrial. Essa absorção de custos ocorria em função da formação de oligopólios no centro-sul brasileiro que demandavam as mercadorias primárias da região centro-oeste do país. Assim havia o espólio via determinação de preços que, rebaixados, barateava conseqüentemente o valor da força de trabalho empregada na indústria. No que tange à conexão entre agricultura e indústria, segundo Oliveira:

Esta é a natureza da conciliação existente entre crescimento industrial e o crescimento da agricultura: se é verdade que a criação do ‘novo mercado’ urbano industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão ‘primitivo’ baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 1976, p. 45).

Não é demais reafirmar a importância do modelo de ordenamento espacial em Goiás neste contexto: a anexação de terras de fronteira. Neste sentido, é oportuno reportar à construção de Brasília nos anos 1960, quando aproximadamente quatro milhões de quilômetros quadrados de área foram incorporados à fronteira agrícola. Nesse interstício, a agricultura goiana obtivera pontuais melhorias no âmbito técnico e inaugurava novas relações de produção no campo, o que permitiu o surgimento da agroindústria no Estado, aliado ao processo de especulação fundiária vis a vis a criação de diversos programas de incentivo à produção de determinados produtos agrícolas. Cabe, por ora, refletir acerca da criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), em 1975, o qual tinha como objetivo primordial a formação de um cenário em que fosse possível a modernização da agropecuária no Centro-Oeste e no oeste mineiro. Pautado por uma política de fortalecimento da infraestrutura, concessão de financiamento rural e desenvolvimento de pesquisas agropecuárias, a implantação do Polocentro promoveu o paulatino processo de capitalização no campo por meio do crédito rural. Sobre o assunto, aponta Estevam (2004, p. 158): “O crédito rural foi o segmento básico do Polocentro e fortaleceu de maneira acelerada o processo de capitalização do campo.” Para concessão deste financiamento exigiu-se “adequado” padrão tecnológico, elevada densidade de capital, motomecanização, além de farta aquisição de fertilizantes e outros insumos.

As exigências atinentes ao Programa quanto à concessão de crédito frustraram a perspectiva de distribuição equitativa do volume de recursos disponível. O crédito rural concedido favoreceu a grande propriedade em detrimento dos pequenos produtores que não dispunham dos padrões tecnológicos e produtivos conforme definia o Programa. De 1975 a 1982 foram aprovados 3.373 projetos, em um montante de recursos equivalente a 577 milhões de dólares. Dos beneficiários, 81% operavam áreas de mais de 200 hectares, que absorveram 88% do crédito oferecido. Neste sentido, a modernização ocorrida nas atividades agrícolas goianas não fora acompanhada pela ulterior transformação da estrutura fundiária do Estado. Pelo contrário, ela derivou no declínio da pequena propriedade (suprimida pela grande), seguida pela incidência de fluxos migratórios que tiveram como destino, quando não os centros urbanos em vertiginoso crescimento, as regiões de agricultura de fronteiras.



Consistiu num processo de mudança na base técnica do campo sem, no entanto, ocorrerem modificações na estrutura fundiária do país, o que Graziano da Silva qualificou de “modernização dolorosa” (1981). As transformações na base técnica se, por um lado, não modificaram o *status quo* agrário, por outro, foram acompanhadas por profundas modificações nas relações sociais de produção, onde o trabalho é peça fundamental. Com a expropriação dos pequenos produtores, deu-se o paulatino aumento do emprego do trabalhador volante assalariado, conforme corroboram as palavras de Graziano Neto (1985, p. 36): “A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando-se o uso do “bóia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais a assalariada [...]”

O aumento do quantitativo da força de trabalho temporária significou, ainda, o aumento populacional e conseqüentemente mutações significativas no cotidiano das cidades aos arredores das monoculturas em ascensão. Considerando a importante contribuição de Lipietz, quando analisa as alterações no espaço a partir da interação entre homem e seus meios de sobrevivência, ou seja, que “o espaço social é um “momento” de reprodução social e é neste sentido que o espaço social em si é um reflexo das relações sociais” (LIPIETZ, 1988, p. 26), é que se delinea este ponto do trabalho. Assim, parte-se do entendimento de que o advento da agroindústria e todas as alterações nas relações de trabalho que o acompanha levaram a consideráveis transformações no âmbito do espaço social. A presente análise do espaço social se dá a partir do entendimento de que o trabalhador é destituído dos meios de produção e, sobretudo, que o modo de produção capitalista tem por base que “o trabalho social se apresenta como soma de trabalhos privados, efetuados independentemente uns dos outros” (LIPIETZ, 1988, p. 27). Esse processo deu surgimento às denominadas cidades do agronegócio em Goiás e em praticamente todos os estados do país, lógica que incluiu o município de Goiânia.

Tais municípios reconheceram essa dinâmica de aumento populacional e, ao mesmo tempo, de transformação na cadeia produtiva, predominantemente durante a década de 1980, momento em que a cana-de-açúcar teve sua produtividade aumentada consideravelmente em função dos investimentos em novas destilarias. A demanda por mão-de-

obra para atender o plantio/corte dessa atividade no Vale do São Patrício resultou no estabelecimento de grande volume de trabalhadores oriundos de diversos estados, principalmente da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Em âmbito nacional, esse momento foi acompanhado por considerável mudança na base técnica via inovações das técnicas produtivas não apenas na atividade canavieira, mas nas monoculturas de modo geral. Contudo, tais transformações, ao passo que permitiram melhorias na *questão agrícola*, como o aumento da produtividade, intensificou sérios problemas da *questão agrária*, em especial no tocante às relações de trabalho e à questão fundiária.

Parafraseando Graziano Neto (1985, 47): “O processo de transformação tecnológica ocorrido recentemente – anos 80 – privilegiou alguns produtores (os grandes), algumas atividades (os produtos de exportação) e algumas regiões (o centro-sul).” A lógica do decurso da modernização do campo consistiu em amalgamar elementos da pequena agricultura praticada pelo trabalho do colono, do parceiro, do meeiro com costumes e comportamentos enodados por precárias relações de trabalho tipificadoras da moderna agricultura, representada pelas usinas. Essa lógica dimanou na seguinte conversão, segundo Martins (1995, p. 145): “[...] conversão da terra de trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio”, apontado que a permanência de formas pretéritas de trabalho no meio rural consiste numa racionalidade do capital pela garantia da competitividade, conforme elucidada Martins (2008).

Fica claro, portanto, que no âmbito da atividade canavieira, à relação campo-cidade nos moldes atuais precede um processo específico de ocupação do espaço. Pensá-lo exige, contudo, uma análise do Estado não apenas como tutor da ofensiva capitalista do ponto de vista do projeto nacional-desenvolvimentista, mas, também, do ponto de vista ideológico com relação ao saber. No campo do conhecimento, a incapacidade de reconhecer, tratar e pensar essa complexidade fez com que a economia se tornasse uma “inteligência cega que invadiu todos os setores técnicos, políticos e sociais.” (MORIN; MOIGNE, 2000, p. 91). O Estado, no uso do saber tecnocrático, ancora os grandes projetos promotores do “desenvolvimento econômico”, atendendo aos interesses da burguesia ávida pelo aumento da riqueza e a manutenção do poder. Atualmente, o

processo de expansão da atividade canavieira no Brasil tem recebido aporte do Estado no que concerne a vultosos financiamentos, tanto na promoção de uma política agrícola, quanto no suporte a pesquisas voltadas para o melhoramento da cana-de-açúcar ou das técnicas de produção. Uma conjuntura que pouco mudou daquela observada por Milton Santos em meados dos anos 1980:

Atualmente, as usinas de açúcar e álcool se apóiam fortemente em decisões políticas, mais do que no simples jogo de mercado para assegurar sua hegemonia sobre os demais atores do processo. A regularidade dos fluxos que asseguram a continuidade da produção e a manutenção de um nível ótimo de utilização da capacidade instalada não mais depende exclusivamente da produção geograficamente contígua ou próxima. O Estado, pela sua própria produção garante esse fluxo. E o controle sobre o setor financeiro ou o acesso fácil aos bancos cria condições de competitividade na área da circulação que asseguram ganhos maiores aos que deles se beneficiam (SANTOS, 1986, p. 134).

A compreensão das políticas agrícolas dos anos 1970 exige um retrocesso no tempo, tornando clara a ofensiva, via Estado, dos “donos do poder” de que tratou Faoro (1958). Na medida em que a modernização da agricultura não poderia ocorrer sob qualquer risco à grande propriedade, a oligarquia relutava pela manutenção dos mecanismos estatais que asseguravam suas benesses, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o qual foi criado nos anos 1930, segundo Garcia Jr.:

“[...] para lidar com a forte crise dos mercados internacionais e durou até o início da década de 1990[...]. No caso do IAA, o minucioso estudo apresentado por Szmrecsányi (1979) demonstra como uma organização pública, implantada por pressão de senhores de engenho e de usineiros, instituiu controle preciso da produção de cana, da área plantada e da área cortada, das quantidades comercializadas em cada usina, através de sistemas de quotas, da quantidade de açúcar e álcool produzidos por cada

usina, dos preços com que se deveria comercializar sua produção. Foi também esse organismo que esteve na origem de vários programas de modernização técnica da agroindústria do açúcar (GARCIA JR., 2002, p. 14)

Acrescenta-se que tal modernização era acompanhada pelo desiderato do período militar de promoção do aumento das exportações de açúcar. Não foram medidos esforços por parte do governo federal na indução dessa política, a qual fora constituída por vários programas estatais de indução à atividade canvieira nacional. Nessa perspectiva, cabe afirmar que existia direta relação entre os programas estatais de estímulo à atividade canvieira, à modernização das técnicas agrícolas e à concentração fundiária. Desta sorte, a reordenação do espaço agrário brasileiro estava no bojo da ofensiva capitalista representada por uma elite nacional. Assim como as demais unidades federativas do país, Goiás esteve vinculado a esse processo como foi possível observar. Em linhas gerais, é preciso considerar que Estado e capital possuíam (assim como vem possuindo) estreita ligação no tocante à atividade canvieira, como apontam Szmrecsányi e Moreira:

Para poder sustentar essa expansão, a agroindústria canvieira do país necessitava de um forte e contínuo apoio da parte do governo federal, apoio esse que lhe foi concedido de bom grado e formalmente através de três importantes programas de investimentos e de incentivos públicos: o *Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar*, que se tornaria mais conhecido através de sigla Planalsucar; o *Programa de Racionalização da Indústria Açucareira*; e o *Programa de Apoio à Indústria Açucareira*. Os dois primeiros foram instituídos em 1971, e o terceiro dois anos mais tarde, como substituto do segundo (MOREIRA; SZMRECSÁNYI, 1991, p. 20).

A compreensão do papel exercido pelo Estado no que tange à acumulação de capital no setor canvieiro exige, ainda, uma crítica ao saber que fomenta as estratégias do capital. Nos anos 1970, eram forjadas as bases políticas consoantes às exigências do capital para a implementação dos complexos agroindustriais nos moldes atuais.

Acumular era preciso, preciso também era manter inalteradas as velhas estruturas da atividade: monocultura, grande propriedade e trabalho precário. Provieram, assim, duas ações capitaneadas pelo Estado: uma empresa e um programa estatais; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Programa Nacional do Álcool<sup>6</sup> (Proálcool). Tais ações foram basilares como aportes à ofensiva do capital.

À primeira, cabem críticas quanto à natureza do conhecimento científico empregado na promoção das técnicas de produção para a agricultura e a pecuária brasileiras, ou seja, um conhecimento que contribuiu para a manutenção/disseminação de um modelo agrário concentrador da propriedade, excludente na medida em que direcionado às atividades que carecem de recursos da ordem de milhões, como são os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aos produtores de soja e cana-de-açúcar. À segunda, tais críticas residem no volume e destinação dos créditos para o cultivo da cana-de-açúcar e, em essência, sob qual ideologia erigiu-se: a ideologia hegemônica da burguesia brasileira no Estado nacional-desenvolvimentista. Em suma, é preciso partir do entendimento de que ambas as ações favoreceram o domínio da burguesia canavieira no Brasil. “Daí o papel decisivo e de extrema relevância do Estado, que, com o Proálcool, alavancou e consolidou toda uma trajetória histórica de manutenção de privilégios e protecionismos para esse segmento do capital.” (THOMAZ Jr., 2002, p. 76).

No tocante à atuação da Embrapa, seu surgimento se deu no primado da extensão rural. Ao ignorar as peculiaridades locais, a propagação das mesmas técnicas em todos os lugares, além de tornar a produção em muitos casos inviável, aniquila saberes locais, engendrando uma ideologia dos saberes considerados avançados, com bem mostra Vandana Shiva (2003). O conhecimento do qual resultam as políticas de

---

<sup>6</sup> O Proálcool (Programa Nacional do Álcool), Decreto nº 76.593, de 14/11/1975, consistiu em um programa capitaneado pelo governo Brasileiro, a fim de substituir os combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool. Segundo Szmrecsányi e Moreira (1991, p. 28): “Nos primeiros dez anos de existência do Proálcool, a produção brasileira de álcool aumentou a uma taxa média de 35% ao ano, sem que o setor deixasse de produzir volumosas quantidades de açúcar, tanto para a exportação como para o mercado interno. Uma tão rápida expansão só era possível à custa de grandes e graves distorções. No plano agrícola, ela provocou o excessivo crescimento de uma monocultura cheia de riscos, bem como uma exagerada concentração fundiária, extremamente deletéria do ponto de vista social.”

extensão rural, tal qual o conhecimento da economia, tecnocraticamente ensejado, ao relegar à condição de desvalia a complexidade, não apreende os paradigmas que marcam o mundo moderno<sup>7</sup>. Especializado que está como conhecimento, promove equívocos sociais quando posto em prática. Como corrente de pensamento, assim como o individualismo metodológico na economia, a extensão rural ganha proeminência nos Estados Unidos. Ambas as perspectivas fundamentam uma política colonizatória a partir do conhecimento arremedado, cujos fins limitam-se à assegurar a reprodução do capital quaisquer sejam os efeitos danosos sobre as populações. Segundo Thomáz Jr. (1999, p. 5): "O procedimento do cientificismo fetichizou os riscos a que a sociedade foi submetida, tendo em vista que o desenvolvimento incomensurado das ciências e das técnicas põe em xeque o futuro da humanidade [...]."

Resta reconhecer que, em essência, esta reprodução está contida no fenômeno urbano, evidenciando que o próprio conhecimento voltado ao campo resulta da lógica de acirramento das necessidades específicas às cidades, principalmente das grandes cidades em todo o mundo. Henri Lefebvre (1969, 1975, 2008) teceu duras críticas quanto à formação de quadros compostos por tecnocratas, paladinos da técnica e do conhecimento. Segundo o pensador, o papel dos tecnocratas é produzido e manipulado como tal no âmbito global do Estado, das estratégias. Em tempos de "revolução verde"<sup>8</sup>, os recursos empregados pela Embrapa visavam, ainda, a formação de profissionais altamente qualificados, seja de engenheiros agrônomos ou demais profissionais a partir de um conhecimento voltado, evidentemente, para os interesses do agronegócio, sinônimo do "moderno", do tecnologicamente avançado em oposição ao "atrasado" cultivo e cultivar do pequeno agricultor. Nessa perspectiva, a tecnocracia foi fundamental na orientação de uma política

---

<sup>7</sup> Não apenas proeminentes sociólogos brasileiros, como Maria Isaura Pereira de Queiroz e José de Souza Martins, mas diversos outros, como Henri Mendras, Georges Gurvitch e o próprio Henri Lefebvre fizeram questão de ressaltar essas divergências, cujo agravo, segundo eles, residia no fato de que, enquanto a sociologia rural francesa tratava da compreensão da relação entre o urbano e o rural, além de outros elementos como a cultura, a sociologia rural norte americana limitava-se à disseminação de técnicas que visavam modernizar a agricultura em qualquer país do mundo, desconsiderando suas peculiaridades, exercendo o papel da extensão rural.

<sup>8</sup> Período (anos 1960/70) no qual houve a inserção de novas sementes e práticas [agrícolas](#) nos países considerados menos desenvolvidos, o que repercutiu no considerável aumento da produção agrícola. Daí a denominação "revolução verde"

energética nacional a partir do cultivo da cana-de-açúcar<sup>9</sup>, aporte “científico” de um projeto fundamentalmente ligado a concepção e gestão do espaço segundo a dinâmica Estado-Capital.

Ademais, a disseminação desse conhecimento está ligada aos interesses do grande capital representado por um seleto grupo de empresas transnacionais de fertilizantes, defensivos agrícolas e outros produtos utilizados no cultivo da cana-de-açúcar. Logo, a apreensão da dinâmica socioespacial da atividade canvieira fica a meio caminho se desconsideradas as questões relacionadas a um plano global ou a uma ordem distante. É no e pelo espaço que as intervenções se efetivam, capturando possibilidades de transformação, tornando a classe trabalhadora refém de um processo cujas dimensões transpõem os limites da produção. Na medida em que “as noções científicas de agricultura e indústria passam a representar os modos de vida rural e urbano, em modelos interpretativos que não conseguem açambarcar a vida” (ALENCAR; MOREIRA, 2005, p. 297), primar por uma sociologia rural ou por uma sociologia urbana não permite o devido alcance da problemática que envolve o Estado, o capital, o espaço e o trabalho no âmbito da atividade canvieira. É preciso reuni-las numa *démarche* que considere os aspectos sociais, econômicos e políticos envoltos na relação entre a sociedade e o espaço com o advento dos complexos agroindustriais. No âmbito da natureza da problemática que ocupa este trabalho, são bastante elucidativas as reflexões de Afrânio Garcia Júnior, conforme segue:

---

<sup>9</sup> Na seguinte perspectiva, Thomaz Júnior (2002, p. 92) trata da eleição da cana-de-açúcar como matéria-prima em alternativa aos derivados do petróleo: “Na mesma época, o próprio governo, através de secretarias e órgãos da estrutura ministerial, estava envolvido em diversos estudos, em busca de alternativas que substituíssem os derivados do petróleo. Dentre elas, a cana-de-açúcar figurava num rol que incluía também a mandioca, o sorgo sacarino, o babaçu, etc. A cana levou a melhor. Outro exemplo a ser lembrado é o que se passou em 1980, quando a Comissão de Energia do IAA aprovou um plano para aproveitamento da biomassa florestal, que foi denominado de Proóleo (Programa de Óleos Vegetais para Fins Energéticos), que também não tardou em esquecimento.” Ainda sobre esta questão, Sz-mrecsányi e Moreira (1991, p. 25), chegaram à seguinte conclusão : “[...] o Programa do Álcool fora formulado e estabelecido menos como uma solução para a “crise energética” do Brasil, do que como uma alternativa para a previsível capacidade ociosa da sua agroindústria canvieira.”

A representação do mundo agrícola, a imagem de unicidade que se buscava no início de século, é hoje atravessada pela oposição dos agentes concebidos por categorias como “agricultura familiar”, “complexo agroindustrial”, “agroindústria empresarial”, “agricultura tradicional”, demonstrando a intensidade da competição por terra, recursos financeiros, força de trabalho e, sobretudo, pela legitimidade de se designar o futuro das relações no mundo rural e das configurações cidade-campo (GARCIA JR., 2002, p. 07).

Consiste em afirmar que a apreensão da produção social do espaço sob os imperativos do capitalismo impõe a tarefa de se considerar, em grande medida, as relações de trabalho como ponto nodal neste processo, principalmente em se tratando da complementaridade e interdependência envoltas na dinâmica de reprodução das condições gerais de produção no campo e na cidade no Brasil contemporâneo e, especialmente, os desdobramentos dessa dinâmica com o advento dos complexos agroindustriais. Atesta tal afirmação análise feita por Ianni (2005, p. 130) já nos anos 1970: “o trabalho agrícola [...] está no centro do sistema de relações e estruturas que caracteriza a dupla dependência em que se encontra a sociedade agrária brasileira.”

### **A relação rural-urbano e a reprodução da força-de-trabalho: a dinâmica da produção social do espaço – Goianésia, Goiás**

A partir das questões travadas na seção anterior, chega-se à conclusão de que é preciso, no nível do conhecimento, suplantar a separação rural-urbano na apreensão do processo de expansão e acumulação de capital pelos empreendimentos agroindustriais. Neles, campo e cidade se amalgamam numa dinâmica de reprodução das condições gerais de produção. As condições de reprodução da força de trabalho empregada na atividade canavieira estão diretamente relacionadas a uma dinâmica socioespacial na qual ela é submetida. Assim, campo e cidade cumprem



papéis de complementaridade, na medida em que as condições de sobrevivência dos “bóias-frias” contribuem num processo de rebaixamento de seus salários, posto que inerente à reprodução da vida. “[...] a dicotomia entre o viver e o trabalhar é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista.” (HARVEY, 1982, p. 8). Ao serem relegados à condição periférica de moradia na cidade, não apenas o controle dos trabalhadores é facilitado, mas a própria composição de seus salários. Além disso, a atividade canavieira é indutora do arrendamento de terras, o que resulta no deslocamento de pequenos agricultores para a cidade. Uma dinâmica urbana é, portanto, gestada. A mesma é conformada pela valorização imobiliária, pela qual são alterados os valores dos aluguéis. Logo, o trabalho ocupa centralidade no entendimento das transformações socioespaciais. Segundo Harvey:

A postura materialista de Marx levou-o a encarar as relações com a natureza como talvez a mais fundamental das relações ordenadoras das questões humanas. Essas relações são, em si, fundamentalmente expressas através do processo de trabalho que transforma as matérias-primas da natureza em valores de uso (HARVEY, 1982, p. 25).

Goianésia e o Complexo Agroindustrial Canavieiro, ou melhor, a cidade e os canaviais, espaços antrópicos, ambientes construídos, forjados pelo trabalho humano a partir de uma sociedade assentada por classes sociais, eis a essência da produção do espaço no capitalismo. Sua análise remete, no caso brasileiro, a Lei de Terras em 1850, que impossibilitou o acesso de milhares de trabalhadores à propriedade privada da terra e o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.º 4.914, de 2 de março de 1963). Sobre o último, logo após promulgação, Caio Prado atentara para suas graves consequências decorrentes da imprecisa definição do emprego do trabalhador rural. Nas palavras de Caio Prado Jr. (2000, p. 146): “Nos termos vagos e excessivamente gerais em que a lei conceitua o emprego rural, há o risco de ver o trabalhador meeiro excluído da categoria de empregado, e pois privado do benefício da lei.” O resultado do Estatuto foi drástico, significou estímulo ao emprego do trabalho temporário. Efetivamente, com o emprego do trabalho temporário ou volante na

agricultura, sobremaneira nas monoculturas de cana-de-açúcar, a relação entre o meio urbano e o rural tomou maior proximidade. Campo e cidade assumiram papéis cruciais no processo de acumulação e ampliação do capital. Espaços imbricados com temporalidades específicas, “entre os tradicionais extremos de campo e cidade existe uma ampla gama de concentrações humanas: subúrbio, cidade-dormitório, favela, complexo industrial.” (WILLIAMS, 1989, p. 12).

É preciso, pois, no exercício do método *regressivo-progressivo* preconizado por Henri Lefebvre, um retorno no tempo, a fim de uma melhor compreensão do imbricado convívio cidade-campo. Assim, é indispensável a correlação entre a divisão do trabalho e o espaço. Dado isso, parte-se do fato histórico de que a divisão do trabalho manual e intelectual se dá mediante a fragmentação do espaço entre campo e cidade. E, em seguida, do fato de que é na cidade que o processo de reprodução das relações de produção se cristaliza. “Ora, a situação modificou-se a partir de há um século: o campo entende-se e concebe-se em referência à cidade”. (LEFEBVRE, 1968, p. 161). Em súpula, Lefebvre (1972, p. 44) diz que: “[...] a cidade gera algo de diferente, algo que a ultrapassa: no plano econômico, gera a indústria; no plano social, gera a propriedade de bens móveis [...] no plano político, finalmente, gera o Estado.”

Das interferências do espaço urbano não está imune o campo. Sobre ele incide a produção de novas necessidades, de ferramentas, de uma organização familiar consoante as exigências do processo produtivo na cidade. (LEFEBVRE, 1972). “Sob a égide da valoração do planejamento e do ordenamento da cidade têm-se, portanto, os elementos basilares para o desenvolvimento de um (ou vários) modo de vida no campo.” (ALENCAR; MOREIRA, 2005, p. 306). Torna-se claro, pois, que a apreensão da relação campo-cidade sob as condições da vida cotidiana no mundo moderno exige um pensamento calcado no primado da totalidade.

Corroborar esta reflexão a análise empreendida por Alencar e Moreira (2005, p. 309) na qual afirmam que “para a compreensão do campo e da cidade como uma noção inteira, os processos de globalização e de localização são indissociáveis. São também indissociáveis as dimensões físicas, econômicas, políticas e culturais[...]” Desta maneira, a apreensão

são do papel exercido por uma pequena cidade interiorana do Estado de Goiás requer considerar a dinâmica global contida na funcionalidade da agroindústria. Ao correlacionar a dinâmica do comércio mundial, ligado, sobretudo, ao consumo de combustível e alimentos em atendimento das necessidades urbanas, é elucidado o caráter de dependência do rural em relação ao urbano. Neste sentido, tal dependência ultrapassa mesmo a perspectiva local, posto que esta dependência é, por si, resultado de uma lógica cuja ordem é distante ou global.

É alusivo, no caso brasileiro, a importância representada pelo campo no processo de industrialização, conforme discutido há pouco, na medida em que o próprio processo de industrialização gestava-se a partir de uma lógica ancorada no processo de urbanização e crescimento das cidades, especialmente da cidade de São Paulo pós anos 1950. A ocupação de determinadas frações do território brasileiro, do qual a política de Colônias Agrícolas Nacionais<sup>10</sup> encetada pelo governo Vargas foi fundamental, instaurou condições para o desenvolvimento da indústria no sudeste do país, sobremaneira no Estado de São Paulo. Martins (1975, p.39) compartilha desta idéia quando discute a capitalização no campo: “Antes, o desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi e tem sido possível graças à existência de uma economia agrária estruturada de molde a suportar e absorver os custos da acumulação do capital e da industrialização.” Indiscutivelmente, o espaço enquanto valor de troca constitui-se por processos no decurso da história. Campo e cidade não se amalgamaram com o advento dos Complexos Agroindustriais Canavieiros. Aproveitando as condições propícias, historicamente construídas, tornou-se possível o estabelecimento destes empreendimentos que, num mercado concorrencial e global, passaram a explorar, ao máximo, os instrumentos sócio-econômico-políticos no intento de subordinarem campo e cidade segundo seus interesses. Por isso, segundo Santos:

---

<sup>10</sup> Criada pelo Decreto-Lei N.º 3059, da Presidência da República, datado de 14 de fevereiro de 1941, num conjunto de cinco Colônias Agrícolas Nacionais (Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso-Dourados) fundadas no Brasil, a Cang (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) distava cerca de 140 quilômetros a noroeste de Anápolis e tinha como principal objetivo segundo Waibel (1947, p. 21): “Criar o que se chamam nos Estados Unidos *homestead farms*, pequenas propriedades agrícolas possuídas por aqueles que trabalham na terra.”

A propósito, aliás, da relação entre o circuito de produção açucareira e a organização do espaço, tem-se afirmado que os processos industriais detêm o comando tanto da atividade agrícola quanto da própria organização espacial. A usina teria, assim, um papel central na explicação global das relações sociais e da arquitetura espacial (SANTOS, 1986, p. 133).

Afrânio Garcia Jr. compartilha da perspectiva analítica feita por Milton Santos, apontando que a usina, mesmo antes da existência dos complexos agroindustriais pós 1980, figurava como instituição total, ou seja, responsável por determinações nos processos econômicos, sociais, culturais e políticos do país. Esta consideração fora feita por demais autores que se debruçaram sobre o problema, como Andrade (1964) e Lopes (1976). A propósito da discussão, segundo Garcia Jr.:

Desse modo, havia, desde os primórdios da colonização, um “complexo agro-industrial”, como nas regiões de cana e de algodão, bem diferente das agroindústrias que serão assim chamadas a partir dos anos 80, como a indústria dos derivados do leite, dos sucos de fruta ou de abates e transformação de aves e suínos (GARCIA JR., 2002, p. 09).

É importante salientar que o presente trabalho ocupa-se da apreensão da agroindústria pós 1980, cuja dinâmica de funcionamento encontra-se atrelada à jusante e à montante, englobando a produção primária, beneficiamento do produto e sua circulação por meio do comércio nacional e internacional<sup>11</sup>. Contudo, não é exatamente esta lógica

---

<sup>11</sup> “Neste contexto o setor agropecuário, que fornece os principais produtos de exportação do País geralmente utilizados como matéria-prima, sofreu intensas modificações desde que foi instalado. Passou de um sistema rudimentar de agricultura a um sistema de *agribusiness* altamente tecnificado. Desta forma nasceram e se desenvolveram os grandes conglomerados agropecuários e os Complexos Agroindustriais (CAIs).” (MIORIN; OLIVEIRA, 2009, p. 110). Ainda, conforme as autoras (MIORIN; OLIVEIRA, 2009, p. 111-112), “a concepção de Müller acerca de Complexo Agroindustrial tem como critério o conceito de *agribusiness*, e de *filière*, sendo que o CAI se insere em um espaço econômico determinado.”

econômica de operação da agroindústria o que incita as reflexões deste trabalho, mas sua dinâmica social, a qual se ocupa de um determinado convívio entre o campo e a cidade. No que concerne ao lócus delimitado para esta pesquisa, Goianésia, o cultivo da cana-de-açúcar teve início por volta dos anos 1970, em substituição à cafeicultura em declínio. Nesse período, foi implantada a primeira usina de açúcar e álcool da região e também do Estado de Goiás, propriedade do grupo Lage, sendo o ex-governador de Goiás, Otávio Lage de Siqueira, seu líder.

Nesse ínterim, o Estado nacional lançou o gérmen do que, décadas após, deflagraria na intensa ocupação do solo brasileiro pela monocultura canavieira<sup>12</sup>. Em Goiás, todavia, “o grande surto canavieiro não ocorreu logo após o surgimento do Proálcool, mas somente a partir de 1979, com a promulgação do Decreto-Lei 83.700, que criou a Comissão Executiva Nacional do Álcool (Cenal).” (ANDRADE, 1994, p. 129). Seria pouco elucidativa esta análise se não levasse em conta o poder político e econômico representado pela família Lage naquela região, do que resultaria em uma apreensão a meio caminho das contradições entre o urbano e o rural, da reprodução das relações de produção e, por fim, da dinâmica local e global da problemática posta. Em síntese, o fato de que o poder político e econômico da classe dominante tem intrínseca relação com as transformações em curso no espaço, na medida em que, segundo Miorin e Oliveira (2009, p. 112): “A interferência da modernização tecnológica provocada pela instalação do CAI, tende a alterar as dinâmicas do local, não apenas na produção agrícola em si, mas também nas relações do campo com a cidade”.

Em relação às transformações socioespaciais em Goianésia, de partida, é preciso registrar que ali moram praticamente todos os trabalhadores da atividade canavieira. A dinâmica socioespacial da cidade sofreu profundas alterações, dado o surgimento de muitos bairros a fim de atenderem às necessidades de moradia dos “bóias-frias”. Por isso, é preciso pensar o espaço partindo-se da premissa de que sua produção não é epifenomenal. Tal apreensão deve calcar-se nas ações encetadas pelo Estado e pelo capital, sendo que ambos convergem na figura do

---

<sup>12</sup> Faz-se referência ao fato de que os canavieiros passaram a desfrutar, após 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), política de concessão de créditos subsidiados à agricultura.

prefeito-usineiro como detentor do poder político local e, fundamentalmente, representante da oligarquia que, pelo domínio do espaço, no que tange a sua concepção e gestão, tem o seu poder assegurado<sup>13</sup>. No tocante ao Estado, este foi fundamental no fomento à criação de moradias na cidade, sobretudo, nos anos 1980 por meio da Companhia de Habitação (COHAB)<sup>14</sup>. É na cidade que se materializam as desigualdades entre classes e, por ela, o exercício do domínio burguês.

Numa perspectiva que converge economia, sociologia e geografia, o espaço deve, pois, ser apreendido física, social e mentalmente (LEFEBVRE, 2000), de tal sorte que a comparação entre a planta original de Goianésia e as alterações imprimidas no espaço é bastante alusiva à apreensão de como o domínio da burguesia sobre o proletariado materializou-se no decurso do tempo. A priori, é primordial a informação de que a planta de Goianésia teve como modelo o referencial de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, elaborado em 1893, pelos engenheiros Aarão Reis e Francisco Bicalho. Estes, por sua vez, se inspiraram na de Washington D.C, capital estadunidense, concebida pelo engenheiro francês Pierre Charles L'Enfant, em 1791, no qual a trama das ruas é estabelecida em tabuleiro de xadrez, cortadas por largas avenidas dispostas em diagonal. (MENEZES et. al., 2000). Ademais, conforme a planta, todas as ruas e avenidas encontram-se circunscritas por uma avenida que cumpre o papel de contornar toda a cidade, por isso, denominada de *Avenida Contorno*. Esta descrição seria irrelevante para a análise proposta, não fosse o fato de que a maioria das casas dos “bóias-frias” de Goianésia não se localiza circunscrita a *Avenida Contorno*.

Dona Fiica I, Dona Fiica II, Jardim Esperança, Nova Aurora I, II e III, Boa Vista, Nossa Senhora da Penha e Primavera são alguns dos bairros habitados por considerável parte dos cortadores de cana daquela cidade. Estes bairros resultaram de uma concepção funcional do espaço, o que

---

<sup>13</sup> Especialmente sobre essa questão, a permanência do tradicionalismo na política brasileira explica-se pelo desencontro de períodos históricos, tratando-se, pois, da história lenta investigada por Martins (1994). Desta sorte, o contraste é marcante no Brasil no tocante à realidade da agroindústria, sendo que ele vai desde a oposição entre tecnologia e precárias condições de trabalho, até o domínio do poder por parte de herdeiros do coronelismo.

<sup>14</sup> Processo de financiamento habitacional que se iniciou em 1967, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). (Lei nº 5.107/66).

acirrou a lacuna social e econômica entre as classes. Concorreram para a proliferação desses espaços sobremaneira as exigências da atividade canavieira atinentes à composição orgânica do capital. Trata-se de um processo dialético, a dialética do próprio espaço. Com a emergência dos complexos agroindustriais canavieiros, foram inauguradas novas formas de obtenção da renda da terra e de emprego do trabalho, de modo que o ponto nevrálgico da questão passou a ser a dialética relação entre campo e cidade na (re)produção das condições gerais de produção. Conforme pontua Limonad:

Estes movimentos conjugados às lógicas abordadas (do Estado, do capital imobiliário e agro-industrial) e o desenvolvimento do meio técnico-científico, tendem a gerar uma exclusão social e espacial dos trabalhadores e uma fragmentação do espaço que se expressa em uma diferenciação e especialização dos lugares a nível territorial, com cidades voltadas ou para a produção, o consumo ou a moradia (LIMONAD, 1999, p. 86).

Não é por acaso, destarte, que os Complexos Agroindustriais Canavieiros apóiam-se nas cidades como abrigo dos “bóias-frias”. Elas são primordiais na reprodução dessa força de trabalho, bem como daquela população que sobrevive do arrendamento de suas terras, em geral, pequenas propriedades. A despeito de uma análise limitada, entende-se, todavia, que a permanência dos trabalhadores nestas cidades é crucial para o processo de reprodução das relações de produção, um dos aspectos pelo qual se estabelece a relação complementar/contraditória entre os meios. “O conflito (dialético) entre a cidade e o campo não exclui certa unidade e, o que é mais, inclui-a até, como em todo o processo dialético.” (LEFEBVRE, 1972, p. 56). São elucidativas, ainda, as seguintes pontuações de Mendonça:

É na dinâmica da relação cidade-campo – mediante o seu novo conteúdo – que o processo de produção-acumulação se intensifica. Campo e cidade apresentam *espacialidades atrasadas e inteligentes*, todavia, escudadas na ação do estado, em acordo com os interesses do capital. A depender da predisposição do capital, as

áreas consideradas atrasadas passam por um vigoroso processo de crescimento, tornando-se aceleradamente “áreas de progresso” (MENDONÇA, 2004, p. 212).

Nesse sentido, as teses lefebvrianas acerca do espaço são bastante alusivas. É possível inferir que as novas formas de emprego da força de trabalho na agricultura brasileira resultam de transformações no espaço agrário, e que estas se amalgamam a transformações outras, como o processo de urbanização e a constituição de cidades. Segundo Lefebvre (2008, p. 47):

A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade [...].

É na cidade que os “bóias-frias” realizam a cotidiana reprodução da vida, sendo a análise do consumo fundamental na apreensão da reprodução da força de trabalho. Em síntese, “a reprodução social da classe trabalhadora está relacionada à reprodução biológica da força de trabalho, em bases cotidianas e através de gerações [...]” (KATZ, 2001, p. 711). Na cidade, os “bóias-frias” pagam pelo acesso à água e à energia, custeiam o aluguel e impulsionam a sobrevivência de um comércio local, além de realizarem consultas médicas em clínicas conveniadas à usina e adquirirem produtos de estabelecimentos também conveniados à usina, como farmácias e outros. Recebem seus salários e movimentam suas contas em um banco de propriedade dos usineiros<sup>15</sup>. Até mesmo o tempo destinado ao lazer é institucionalizado, considerando os convênios da usina com clubes da cidade. Segundo Lopes (1976, p. 179): “a própria organização do lazer nas usinas é diretamente controlada pela administração.” Ademais, são eleitores. Portanto, votam em algum

---

<sup>15</sup> Este banco consiste em uma cooperativa de crédito rural dos plantadores de cana do Vale do São Patrício.



candidato a prefeito a cada quatro anos. Importa mencionar que desde a municipalização de Goianésia, em 1953, a tradicional família, outrora citada, nunca deixou de ter o seu candidato. Quando não algum membro da família, o seu representante.

É válido lembrar que os proprietários da usina possuem, também, dois veículos de comunicação radiofusores no município, cruciais na transmissão das notícias, relacionadas especialmente à política local e ao agronegócio sucroalcooleiro. Por um lado, reflexo da “cultura patrimonialista, machista e familista brasileira.” (MOREIRA, 2005, p. 16). Por outro, uma prática cultural-ideológica, que, segundo Barrios (1986, p. 14-15): “Como o econômico e o político, o cultural-ideológico constitui também um nível específico da atividade social e um aspecto particular das demais práticas sociais, conferindo-lhes sentido e finalidade.” Assim, as cidades constituem verdadeiros espaços nos quais residem as contradições entre o meio urbano e o rural no Brasil. Segundo Silva (1999, p. 226): “Algumas representam verdadeiras seções da empresa, verdadeiros quintais.”

Enquanto nos canaviais o processo de extração de mais-valia remete às formas pretéritas de exploração do trabalho, em que a acumulação capitalista se estabelece na sua forma primitiva, nas cidades coexistem espaços de miséria, mas também de riqueza, de serviços especializados, tecnologicamente avançados, signos da modernidade, símbolos do progresso econômico advindo do agronegócio. O mesmo agronegócio que gera legiões de desvalidos, e que alija milhares de homens do direito à cidade. Conforme elucidada Silva, sobre as condições de vida dos “bóias-frias” do estado de São Paulo:

Da mesma forma, as cidades, apesar de terem passado por profundas transformações ocorridas no bojo destas mudanças na base produtiva (rural e urbana) não são possuidoras de uma única função: sediar a moradia dos “bóias-frias” que trabalham na área rural. [...] Só assim serão evidenciados os elementos contraditórios e diferenciados presentes nas relações entre esses dois espaços, bem como as relações frequentemente conflitivas advindas do cotidiano e da sociabilidade no espaço reprodutivo (SILVA, 1999, p. 225).

Trata-se da dialética relação entre o meio urbano e o rural. Os “bóias-frias” talvez sejam, na imbricada relação entre esses espaços, aqueles que mais têm sofrido seus malefícios. Não são apenas as consequências advindas da expropriação da terra que têm recaído sobre homens e mulheres, promovendo espúrias relações de trabalho no corte da cana, mas também aquelas relacionadas à segregação urbana que marca as cidades brasileiras, como é o caso de Goianésia. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que neste município o índice de pobreza, em 2003, era de 45,84%, sendo que em municípios vizinhos como Santa Izabel e Jaraguá esse índice era de 28,62% e 35,92%, respectivamente. Ali, a configuração espacial das classes, por si, fornece elementos suficientes para a afirmação de que os “bóias-frias” são alijados do direito à cidade. Entende-se por direito à cidade o seu pleno desfrute, dos seus equipamentos, de seus espaços, o equânime acesso aos bens e serviços, como o próprio habitat. Enfim, a cidade enquanto valor de uso, garantindo a dignidade e a efetiva cidadania dos indivíduos. “A importância do espaço e do território, portanto, é um elemento básico da utopia da cidade como direito. Do valor de uso sobrepondo-se ao valor de troca.” (RODRIGUES, 2007, p. 10).

Não se pode abandonar, ainda, o papel que a classe trabalhadora e principalmente os que são diretamente alijados do direito à cidade têm na produção social desse espaço. Em Goianésia, alguns “bóias-frias” não possuem casa própria e pagam por aluguéis ou, ainda, constituem bairros e, depois, se deslocam para locais mais baratos, contribuindo para o processo de valorização dos imóveis. “Cidade produzida socialmente e renda apropriada individualmente.” (RODRIGUES, 1991, p. 20). Distantes, os bairros dificultam o acesso a serviços e equipamentos urbanos, como bancários, comerciais ou mesmo públicos, aglutinados no espaço central da cidade. A moradia, por se tratar de uma necessidade elementar à condição humana, corresponde a um meio basilar no processo de reprodução das relações de produção, o qual se materializa na cotidianidade, pelo despojamento dos mecanismos de reprodução ideológica, por exemplo. O habitat é, acima de tudo, uma *necessidade natural* (HELLER, 1978) que, quando funcionalizado, encerra perspectivas de transformações, ao passo que limita às

condições de existência pelo controle das necessidades físicas, sociais e biológicas. Segundo Barrios:

A noção de espaço funcional, anteriormente introduzida, revela a incidência constante do fator distância na estruturação dos nexos entre os homens e entre estes e os objetos materiais. Tal fator, aliado à necessidade de reprodução biológica e social dos agrupamentos humanos, define o papel desempenhado pelo espaço físico dentro da totalidade social (BARRIOS, 1986, p. 1).

Uma análise das casas dos trabalhadores denuncia as disparidades sociais no âmbito do espaço. Em sua maioria, não possuem mais do que quatro ou cinco cômodos. Em algumas delas é possível encontrar aparelhos de TV ou mesmo de som e DVD (XAVIER, 2010). Contudo, o uso de diversos aparelhos eletrônicos não garante aos trabalhadores a plena cidadania, posto tratar-se de uma *cidadania mutilada* (SANTOS, 2007), produto de uma *modernidade anômala*. José de Souza Martins (2008), ao discuti-la, buscou, nas peculiaridades do cotidiano, subsídios para análise. Nas casas, os aparelhos eletrônicos contrastam com a baixa escolaridade dos moradores, como o que é transmitido pelos televisores e a forma como as informações são recebidas. Uma modernidade reservada às representações e a mistificação da consciência, impeditiva da superação das condições que permitem a reprodução das relações de produção (XAVIER, 2010). Modernidade que contesta a *ideologia do urbano*. Nas palavras de Barrios, esta consiste em:

Explicar a situação deficitária e anárquica dos conglomerados humanos como produto de um processo de desenvolvimento tecnológico insuficiente, cuja passagem para estágios mais avançados de sua evolução significará a eliminação dos desequilíbrios que ele vem gerando (BARRIOS, 1986, p. 18).

Simbolicamente, casa grande e senzala mantêm-se diante dos novos moldes de operação do capital canavieiro, mudando apenas a

configuração espacial que passa a ser o urbano. O urbano, aliás, já integrava o espaço do engenho no contexto da colônia, como atestam as análises de Ferlini (1986, p. 91) sobre o cotidiano das cidades do açúcar: “O mundo urbano reproduzia a seu modo a diferenciação rural das casas-grandes e das senzalas”. Noutras palavras, o exercício do tempo permite a compreensão da natureza do espaço. Geograficamente, os espaços mudam. Contudo, socialmente, algumas de suas propriedades se manifestam. As mazelas que marcam a cotidianidade dos trabalhadores redundam de um processo espúrio de urbanização como manifestação espacial do processo de acumulação de capital na atividade canavieira.

Considerando que a acumulação de capital é a produção de mais-valia, do seguinte modo menciona Gottdiener (1993, p. 93), parafraseando Hill: “força que impulsiona a sociedade capitalista”. É importante apreender tal processo na atividade canavieira tendo em vista a recente expansão dos meios de produção (o que relaciona o local ao global). Interessa, ainda, a dinâmica de emprego da força de trabalho, além da ampliação da atividade de circulação consoante a oferta de mais mercadorias. O momento atual é, portanto, instigante no que tange à acumulação de capital na atividade canavieira, à dinâmica urbana e à aplicação dos capitais somada à atuação do Estado. Malgrado a transnacionalização de capital, a presença do Estado é basilar na operacionalização dos processos de acumulação e expansão capitalista, como bem elucida Harvey acerca da promoção da casa própria até o controle da força de trabalho, passando pela orientação do consumo da população:

Isto dá à classe capitalista uma bem vinda alavanca ideológica a ser usada contra a propriedade pública e exigências de nacionalização, porque é fácil dar a estas a aparência de que elas pretendem tirar dos trabalhadores as suas casas próprias (HARVEY, 1982, p. 13).

A correlação com o dito é que, no caso de Goianésia, bairros foram criados a fim de abrigarem “bóias-frias”, sendo que, a muitos, foi concedido o direito à casa própria. Indubitavelmente, uma alavanca

ideológica fundamental no processo de reprodução das condições gerais de produção. Certamente, a economia política do espaço realizada por Harvey é, amiúde, esclarecedora do processo de acumulação de capital e as transformações socioespaciais. Ambiente construído, Goianésia foi, nas duas últimas décadas, palco de transformações abissais. Sob a ideologia do “progresso”, o processo de trabalho dos “bóias-frias” teve vertiginosa intensificação, sendo que cada trabalhador tem cortado, em média, doze toneladas de cana por dia. O resultado consiste na expansão da circulação de capitais e na oferta de vários produtos. Antes, apenas açúcar e álcool. Hoje, álcool em gel para uso domiciliar, energia gerada a partir do bagaço da cana e a venda de créditos de carbono. Assim, com o campo, a cidade alterou-se vertiginosamente.

O Complexo Agroindustrial Canavieiro, no meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), tem permeado os três circuitos de acumulação de capital postulados por Harvey (2006), produto das transformações engendradas no âmbito do espaço global. No circuito primário, pela organização do próprio processo produtivo, pelas máquinas e trabalho assalariado na produção de bens em troca de lucro; No secundário, pelo investimento no ambiente construído e, no terciário, investimentos em tecnologia ou despesas sociais inerentes à reprodução da força de trabalho. Do mesmo modo, tem permitido, graças a uma lógica espacial que transpõe os limites da produção, a acumulação de capital por meio de rendimentos, juros e lucro. Capital rentista que resulta das interferências do campo sobre a cidade, levando à apropriação, indiretamente, da renda pela especulação imobiliária ou, diretamente, pelos detentores de terras que acabam por arrendá-las à usina. Lucros são obtidos pelas construtoras e, finalmente, há juros provenientes das transações bancárias controlados pela Usina (Banco CooperCred, propriedade dos usineiros, instituição na qual os trabalhadores recebem seus salários e movimentam suas contas).

Chega-se à noção de como se estabelece a produção social do espaço, como Marx (1973) apontara nos *Grundrisse*, ou seja, que para a constituição da moderna propriedade fundiária era preciso que a terra fosse mantida como propriedade privada e trabalhada como mercadoria. Assim, foi fundamental o emprego da força de trabalho assalariada. Portanto, a criação de certo espaço (a cidade e os canaviais). Ao

primeiro, o cumprimento da reprodução da força de trabalho e, ao segundo, a emergência da moderna propriedade fundiária. Destarte, espaço que nega a posse da terra e desobstrui as barreiras no que concerne à disponibilidade de força de trabalho assalariada. Disso, repercute a dependência do trabalho com relação a uma mercadoria cara (a moradia), o que obriga o capital a recorrer ao Estado a fim de controlar os efeitos na sociedade da oposição entre capital industrial, trabalho e investimento por todo o setor imobiliário. (GOTTDIENER, 1993).

Foram cômodas as circunstâncias históricas no caso de Goianésia no que tange a essa “*barganha faustiana*” (GOTTDIENER, 1993, p. 184), na medida em que, no modo de produção capitalista, a burguesia tem, no espaço, o tutor de sua ofensiva. Assim, novamente, o custo para a reprodução da força de trabalho (fundamental à manutenção da acumulação de capital no circuito primário) foi socializado espuriamente. Fica claro, pois, que a compreensão da produção social do espaço desvela o domínio da burguesia sobre o proletariado, descortinando a natureza do Estado e da ofensiva do capital em conjunto no processo de acumulação de capital. “O desenvolvimento do espaço, portanto, é altamente político, mesmo que o setor da propriedade manobre para impedir que cidadãos comuns percebam esse aspecto de sua natureza.” (GOTTDIENER, 1993, p. 223).

Alguns elementos corroboram para essa perspectiva analítica. O *design* espacial de Goianésia, por exemplo, contribui como força social de produção, seja pelo controle dos trabalhadores, pela facilidade que representa para o transporte da usina ou pelas condições de acesso ao consumo. Assim, a moradia está relacionada indiretamente à formação de mais-valia pelo que representa na composição salarial. (LEFEBVRE, 2000). Como assevera Marx (1973, p. 534): “A redução dos custos dessa circulação real (no espaço) faz parte do desenvolvimento das forças de produção”. Ou, ainda, como expõe Lojkine (1981, p. 57): “Isto foi o que definimos como processo de segregação social, o qual opõe a classe dominante – beneficiária do modo de distribuição social e espacial dos meios de consumo coletivo às classes dominadas [...]”. Além disso, como é impossível, na atual fase de avanço das forças capitalistas, dissociar o espaço global do espaço local, o circuito primário estabelecido em

Goianésia pela atividade canvieira sofre interferências das contradições atinentes aos investimentos imobiliários nas grandes cidades, tendo em vista que a ausência de formação de capital nesse setor contribui para elevar os custos de produção no setor primário. Logo, sobre o trabalho, fonte exclusiva de mais-valia, recai os efeitos de um perverso processo de acumulação de capital. É no lugar, pelo cotidiano, que ele se materializa, como prova a intensificação do ritmo de trabalho dos “bóias-frias”.

### **Das últimas considerações**

Atualmente, enquanto a atividade canvieira mantém relações comerciais extremamente avançadas do ponto de vista tecnológico, negociando *commodities* na bolsa de Chicago, no âmbito da produção suas relações de trabalho restituem práticas pretéritas na medida em que marcadas por *relações não capitalistas de produção* (permanência de trabalho análogo à escravidão). Trata-se da oposição entre duas realidades bastante distintas: o comércio, operacionalizado por um motor informático, o motor da realidade virtual (VIRILIO, 1996), e a produção, em parte, sustentada por uma técnica manual, sendo que a resistência corporal é determinante. Este é apenas um dos exemplos, senão o principal, acerca das contradições que permeiam a reprodução das condições gerais de produção no espaço, diretamente relacionado à produção do próprio espaço.

É assim que a cidade encontra-se refém das alterações no campo e vice-versa, numa simbiose entre espaços que, a despeito de se repelirem, convergem no processo de reprodução das condições gerais de produção, o que abarca não apenas a reprodução da força de trabalho, mas a reprodução da vida. Nessa lide, é crucial a análise da figura do *prefeito-usineiro* como detentor do poder político local e, fundamentalmente, representante da oligarquia que, pelo domínio do espaço, no que tange a sua concepção e gestão, tem o seu poder assegurado. Importa, destarte, considerar o trabalho como fator fundamental nessa equação. Se por um lado os “bóias-frias” contribuíram para a produção social do espaço de

Goianésia, por outro, eles são a parcela da população que menos tem se apropriado dele. Na cotidianidade, no plano do vivido, no qual se materializam as perversidades advindas de um espaço concebido sob os ditames do capital – nele e por ele – foi possível atingir elevadas taxas de extração de mais-valia. De todo modo, também é nele e por ele, que se constituiu uma legião de trabalhadores em condições de sobrevivência extremamente precárias.

O assentamento do urbano, nessa *démarche*, desdobra-se dos processos de acumulação de capital que, em essência, produz espaço e dele tira proveito de modo sub-reptício. Não sem contradições ele ocorre, sendo que a própria construção de moradias destinadas aos trabalhadores o prova na medida em que amortece o conflito de classes. Estado e capital se amalgamam num projeto que é, também, de classes. Desse projeto irrompe um complexo, a um só tempo, agrícola e industrial. Seu raio de influência suplanta o nível local e, dependente que é de um nível global, busca auferir seus lucros mesmo que à custa de superexploração da força de trabalho. Nessa lide, as transformações socioespaciais denunciam a dinâmica entre o campo e a cidade, desvelando a essência de sua produção social.

## Referências

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de; MOREIRA, Roberto José. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: Moreira, Roberto José (org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

\_\_\_\_\_. *Terra e homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In: Souza, Maria Adélia A. de; Santos, Milton (orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986



- BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.
- \_\_\_\_\_, O Movimento Ruralista em Goiás. *Antítese - Marxismo e Cultura Socialista*, n.º2, mai. 2006.
- CAIO PRADO, Jr. *A questão agrária*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ESTEVAM, Luís. *O Tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia-GO: UCG, 2004.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar. (Séculos XVI a XVIII)*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- GARCIA Jr., Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 19, p. 40-71, out. 2002.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Editora da USP, 1993.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecológica: crítica da moderna agricultura*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- \_\_\_\_\_, O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: *Espaço e Debates*, n. 6. São Paulo, 1982.
- HELLER, Ágnes. *Teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- IANNI, Octávio. A formação do proletariado rural no Brasil - 1971. In: Stedile, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda - 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa de pobreza e desigualdade. Municípios brasileiros 2003. Incidência da pobreza. Disponível em: [www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1). Consulta realizada em: 20 set. 2009.
- KATZ, Cindi. Vagabond capitalism and the necessity of social reproduction. *Antipode*, 33(4), p. 709-728, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Editora da UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_, *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Anthropos, 2000.
- \_\_\_\_\_, *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1975.
- \_\_\_\_\_, *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzim: Ulisséia, 1972.
- \_\_\_\_\_, *Posição: contra os tecnocratas*. São Paulo: Nova crítica, 1969.

- \_\_\_\_\_, *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris: Éditions Gallimard, 1968.
- LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *GEOgraphia*. Ano 1, n° 1, p. 71-91, 1999.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOJKINE, Jean. A análise marxista do Estado. In: *Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano 1, n.º 1, jan. 1981.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARTINS, José de Souza et. al. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_, *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre pobreza, exclusão e classes sociais*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_, *Os camponeses e a Política no Brasil*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_, *O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_, *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. New York: Vintage, 1973.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano*. 2004. Tese. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- MENEZES, Ana Maria Godinho de. et. al. *Goianésia: seu povo, sua história*. Goianésia, GO: Gráfica Tânia, 2000.
- MIORIN, Vera Maria Favila; OLIVEIRA, Ana Letícia de. A influência dos complexos agroindustriais na dinâmica das espacialidades locais. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 109-115, 2009.
- MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e Globalizações: Ensaio de interpretação. In: Moreira, Roberto José (org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean-Louis Le. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- MÜLLER, Geraldo. Ambivalências da modernização agrária. *Novos estudos CEBRAP*. n° 21, p. 168-184, jul.1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*. In: Seleções Cebrap I. São Paulo: Braziliense, 1976.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A cidade como direito. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, IX, Porto Alegre. *Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica*. Porto Alegre: Geocrítica, 2007.

\_\_\_\_\_, Estatuto da cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. *Cadernos Metrópole*, n. 12, p. 9-25, 2º sem. 2004.

\_\_\_\_\_, *Moradia nas cidades brasileiras*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

\_\_\_\_\_, *O espaço do cidadão*. 7ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

\_\_\_\_\_, Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: Souza, Maria Adélia A. de; Santos, Milton (orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/> Consulta realizada em: 20 set. 2009.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canaveira do Brasil desde a segunda guerra mundial. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

THOMÁZ Jr., Antônio. *Por trás dos canaviais, os "nós" da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canaveira paulista*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_, *Gestão territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira: os desafios para o movimento sindical*. Presidente Prudente: FCT/UNESP (Mimeogr.), 1999.

VIRILIO, Paul. *A arte do motor*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano IX, n.º3, jul-set. 1947.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

XAVIER, Glauber Lopes. *Tempo-espaço na vida cotidiana do “bóia-fria”*. 2010. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

**Artigo recebido para publicação em:**

17 de março de 2010.

**Artigo aceito para publicação em:**

29 de abril de 2010.

**Como citar este artigo:**

XAVIER, Glauber Lopes. A cidade e os canaviais: Estado e capital na produção social do espaço – Goianésia, Goiás. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 4, n. 1, p. 150-186, jun./jul. 2010.